



ÁGUAS DO NORTE, S.A.

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM  
PUBLICIDADE INTERNACIONAL

PRC\_0489/2022\_GAE

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

**PRC\_0489/2022\_GAE**

**«O0950 – ESTUDOS SAR SERZEDELO – DEFINIÇÃO DAS INTERVENÇÕES  
NECESSÁRIAS NOS INTERCETORES E ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS»**

## **CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO**

### **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

#### **ÍNDICE**

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO .....	4
2. ANÚNCIO .....	5
3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	5
4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....	6
5. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS .....	7
6. LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS CANDIDATURAS .....	8
7. MODELO DE QUALIFICAÇÃO .....	8
8. DOCUMENTOS DESTINADOS À QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS .....	8
9. REQUISITOS MÍNIMOS .....	10
10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA CANDIDATURA .....	12
11. LEILÃO ELETRÓNICO .....	13
12. CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO .....	13
13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES .....	13
14. RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASE DE QUALIFICAÇÃO .....	13
15. EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS .....	13
16. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO .....	14
17. QUALIFICAÇÃO .....	14
18. CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS .....	15
19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO .....	15

20. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES .....	15
21. RELATÓRIO PRELIMINAR .....	16
22. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS .....	16
23. RELATÓRIO FINAL .....	16
24. ADJUDICAÇÃO .....	17
25. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO .....	18
26. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	18
27. CAUÇÃO .....	20
28. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO .....	20
29. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO .....	21
30. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO .....	21
31. DESPESAS .....	22
32. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	22

## CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

### PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

#### Capítulo I

#### Objeto e Âmbito do Concurso

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

**1.1** O presente Programa do Procedimento define os termos que regem a fase pré-contratual para celebração do contrato denominado «00950 – Estudos SAR Serzedelo – Definição das intervenções necessárias nos interctores e estações elevatórias».

**1.2** A presente prestação de serviços destina-se à elaboração de Estudos do Subsistema de Águas Residuais de Serzedelo - Bacia do Rio Ave, inserido no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, e compreende 2 (dois) lotes, cada um destinado a uma zona diferente do SAR, sendo admitidas propostas para um qualquer deles ou para ambos, submetidas separadamente por lote:

- a) Lote 1 – Estudo 1 – SAR Serzedelo – Definição das intervenções necessárias nos interctores e estações elevatórias (Trecho do Intercetor do Ave entre Donim e Jusante do intercetor de Pontes e respetivos afluentes);
- b) Lote 2 – Estudo 5 – SAR Serzedelo - Definição das intervenções necessárias nos interctores de Ribeira de Couros e Salgueiral.

**1.3** Os trabalhos a desenvolver têm como objeto principal a elaboração dos estudos de caracterização e de diagnóstico das infraestruturas da área em análise, bem como a definição das propostas de intervenção e respetiva hierarquização, a realização de projetos de execução das intervenções necessárias e a definição do faseamento das empreitadas indispensáveis para a adequação destas áreas às novas condições e novas solicitações de exploração.

**1.4** A Entidade Adjudicante é a **Águas do Norte, S.A.** doravante designada por **AdNorte**, com sede na Rua Dom Pedro de Castro, 1A, 5000-669 Vila Real, na freguesia de Vila Real, do concelho de Vila Real, pessoa coletiva n.º 513606084 e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 259 309 370;

Fax: +351 259 309 371;

Correio Eletrónico: [contratacaopublica.adnorte@adp.pt](mailto:contratacaopublica.adnorte@adp.pt);

Plataforma eletrónica: <http://www.acingov.pt>;

**1.5** A decisão de contratar foi tomada em Comissão Executiva em reunião de 16 de fevereiro de 2023.

## **2. ANÚNCIO**

**2.1** O anúncio do presente concurso foi publicado no Diário da República, de acordo com o artigo 167.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e as suas posteriores alterações e republicações, doravante designado por CCP.

**2.2** O Concurso Limitado por Prévia Qualificação foi igualmente publicado, de acordo com o artigo 131.º do CCP, no *Jornal Oficial da União Europeia*.

**2.3** Incluídos no **Anexo I** do presente Programa do Procedimento, apresentam-se os documentos comprovativos do envio do anúncio para publicação no Diário da República e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

## **3. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**3.1** O Procedimento do Concurso é constituído pelas seguintes peças:

- a) O Anúncio;
- b) O presente Programa do Procedimento;
- c) O Convite, que será enviado posteriormente às entidades qualificadas;
- d) O Caderno de Encargos.

**3.2** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

**3.3** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 1.4, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.

#### **4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

**4.1** Os interessados podem solicitar, por escrito e através da plataforma eletrónica indicada em 1.4, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das ditas peças do procedimento por si detetados, até às 17:00:00 horas do dia em que termine:

- a) O primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, contado a partir da data do envio do anúncio para publicação, na fase de apresentação de candidaturas e qualificação dos candidatos (1.<sup>a</sup> fase);
- b) O primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, contado a partir da data de envio do convite, na fase de apresentação, análise e avaliação das propostas e adjudicação (2.<sup>a</sup> fase).

**4.2** A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

**4.3** O Senhor Administrador Executivo do respetivo Pelouro ou qualquer outro Administrador Executivo em caso de impedimento ou ausência daquele, deve prestar os esclarecimentos solicitados e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, até às 17:00:00 horas do dia em termine:

- a) O segundo terço do prazo fixado para apresentação das candidaturas, contado a partir da data do envio do anúncio para publicação, na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos (1.<sup>a</sup> fase);
- b) O segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, contado a partir da data do envio do convite, na fase de apresentação, análise e avaliação das propostas e adjudicação (2.<sup>a</sup> fase).

Considerando-se rejeitados todos os erros e omissões que, até ao final do prazo indicado na alínea b) não sejam expressamente aceites.

**4.4** Os esclarecimentos bem como a pronúncia respeitante aos erros e omissões a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica referida em 1.4.

**4.5** Os esclarecimentos prestados, as retificações e os erros e omissões aceites devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta e disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

**4.6** A **AdNorte** poderá, oficiosamente, proceder à prestação de esclarecimentos e determinar retificações das peças do procedimento nos termos e nos prazos previstos no número 4.3 ou até ao final do prazo de entrega das candidaturas ou das propostas, consoante a respetiva fase do procedimento, sendo que, neste caso, o prazo de entrega das candidaturas ou das propostas deve considerar-se prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do tempo decorrido desde o atraso verificado.

**4.7** Sempre que os esclarecimentos, desde que tenham sido apresentados com observância do prazo previsto no n.º 4.1, bem como as retificações das peças do procedimento, sejam comunicadas após o prazo previsto no n.º 4.3, o prazo fixado para a apresentação das candidaturas ou das propostas, consoante a respetiva fase do procedimento, deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

**4.8** Quando o anúncio do procedimento tiver sido publicado no *Jornal Oficial da União Europeia*, o período de prorrogação não pode ser inferior a 6 (seis) dias ou, nas situações em que tenha havido redução do prazo legal de apresentação de candidaturas ou das propostas, a 4 (quatro dias), conforme estipulado no n.º 2 do artigo 64.º do CCP.

**4.9** A prorrogação do prazo de entrega das candidaturas ou das propostas, consoante a fase do concurso, aproveita a todos os interessados.

**4.10** Nos termos do n.º 4.6, quando haja prorrogação do prazo para a entrega das candidaturas ou das propostas, de acordo com o definido no n.º 5 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

## **Capítulo II**

### **Fase de Candidaturas**

#### **5. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

**5.1** As candidaturas devem ser apresentadas até às 17:00:00 horas do 30.º dia contado do envio do anúncio para publicitação no Diário da República e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

**5.2** A receção das candidaturas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos candidatos um recibo eletrónico comprovativo do envio.

**5.3** Os candidatos devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as candidaturas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no ponto 5.1.



## 6. LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS CANDIDATURAS

**6.1** O Júri do Procedimento, no dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, procede à publicação da lista dos candidatos na plataforma.

**6.2** Os candidatos incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as candidaturas apresentadas.

**6.3** Os interessados que não tenham sido incluídos na lista podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista devendo, para o efeito, apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua candidatura.

**6.4** Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a candidatura do reclamante, o Júri do Procedimento fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 6.1 e 6.2.

## 7. MODELO DE QUALIFICAÇÃO

**7.1** A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples, nos termos fixados no artigo 179.º do CCP.

## 8. DOCUMENTOS DESTINADOS À QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

**8.1** Os candidatos devem apresentar os seguintes documentos de qualificação:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> (**Anexo II**), devendo ser preenchidas as partes I, II, III, IV e VI.

Se a candidatura for apresentada por um Agrupamento Candidato, deve ser junto o DEUCP de cada uma das entidades que compõe o agrupamento candidato.

- b) No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no **Anexo III** deste Programa do Procedimento (Acordo – Promessa de Constituição);
- c) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do candidato por parte de quem assina a candidatura, designadamente certidão do registo comercial, com o teor de todas as inscrições em vigor, ou indicação do respetivo código que permita a sua consulta *online*;
- d) Declaração que mencione a **composição nominativa da equipa técnica** responsável pela execução dos estudos/projetos, identificando os membros da equipa que integram o quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s), e, se aplicável, os membros externos, por áreas de especialidade, acompanhada dos respetivos *curricula vitae* e certificados de habilitações literárias e profissionais, bem como declaração válida da



respetiva ordem profissional, de acordo com os modelos A e B do **Anexo IV** deste programa do procedimento;

- e) Quando o candidato recorra a terceiros para efeitos de cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por **uma declaração de compromisso** de acordo como o **ANEXO V** deste programa do procedimento, dos membros da equipa externos à(s) empresa(s) constituinte(s), conforme definido na alínea d) do .º 8.1, através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar;
- f) **Lista de Serviços** executados, da mesma natureza do colocado a concurso, em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo VI** deste programa do procedimento
- g) **Informação Económica Simplificada (IES)** anual, entregue e validada para efeitos fiscais, referente aos últimos 3 (três) exercícios ou declaração bancária conforme modelo constante do Anexo VI do Código dos Contratos Públicos, nos termos do n.º 3 do artigo 179.º do CCP do diploma;
- h) Outros documentos que o candidato considere relevantes.

**8.2** Todos os documentos solicitados no n.º 8.1 devem ser assinados eletronicamente, pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 da citada previsão normativa.

**8.3** Quando a candidatura seja apresentada por um Agrupamento Candidato, todos os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes, tudo conforme o disposto no n.º 3 do artigo 168.º do CCP.

**8.4** No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o candidato é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, em conformidade com a previsão normativa habilitante consagrada no n.º 4 do artigo 62.º do CCP.

**8.5** As declarações a que se refere a alínea e) do n.º 8.1 do presente programa do procedimento deverão incluir assinatura eletrónica certificada do elemento da equipa a que a declaração diz respeito.

## 9. REQUISITOS MÍNIMOS

**9.1** Na avaliação da capacidade técnica dos candidatos para a realização da prestação dos serviços colocados a concurso, serão adotados os seguintes critérios:

- a) A comprovação efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea f) do n.º 8.1 deste programa do procedimento, da execução, nos **últimos 10 (dez) anos** de, pelo menos, os seguintes serviços com as características mínimas indicadas:
  - a.1 **I (uma)** Prestação de Serviços de Modelação Hidráulica de Sistemas de Águas Residuais [mínimo 1000 metros];
  - a.2 **I (um)** Projeto de Intercetor maioritariamente instalado fora de arruamentos [diâmetro mínimo 300mm e comprimento mínimo de 1000 metros];
  - a.3 **I (um)** Projeto de Estação Elevatória de Águas Residuais [mínimo 50 (l/s) e 20 (m.c.a)];
  - a.4 **I (um)** Projeto de Estação de Tratamento de Águas Residuais [mínimo 5000 hab eq];
  - a.5 **I (uma)** Prestação de Serviços de Levantamento Topográfico Cadastral de coletores maioritariamente instalados fora de arruamentos [mínimo 1000 metros];
  - a.6 **I (uma)** Prestação de Serviços de Inspeção por CCTV de coletores maioritariamente instalados fora de arruamentos [mínimo 500 metros];
  - a.7 **I (uma)** Prestação de Serviços de Instalação de Medidores de Caudal e respetivas medições em coletores [mínimo 2 medidores de caudal];
- b) A comprovação efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea d) do n.º 8.1 deste programa do procedimento, de possuir no quadro do pessoal permanente, isto é, com contrato de trabalho sem termo com o candidato, um técnico com formação superior em engenharia para exercer a função de Coordenador, que deverá cumprir as seguintes condições:
  - b.1 Possuir as qualificações específicas referentes à elaboração e subscrição de projetos de engenharia definidas na Lei n.º 31/2009, na sua atual redação, para obras da categoria IV - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, conforme previsto no artigo 11.º do ANEXO I e no ANEXO II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho;
  - b.2 Ser Engenheiro com pelo menos 10 (dez) anos de experiência profissional em coordenação de projetos de execução relativos a infraestruturas do tipo IX – Abastecimento e Tratamento de Água e X - Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, conforme expresso no ANEXO II da Portaria n.º 701 -H/2008, de 29 de Julho;
- c) A comprovação, efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea d) do n.º 8.1 deste programa do procedimento, de possuir, para além do

coordenador, de pelo menos **7 (sete) técnicos** com formação superior, que serão afetos à aquisição de serviços, cumprindo as seguintes condições:

c.1 Técnicos por especialidade:

- **2 (dois)** técnicos de engenharia hidráulica urbana ou sanitária (colaboradores permanentes);
- **1 (um)** técnico de engenharia mecânica;
- **1 (um)** técnico de engenharia de informação geográfica;
- **1 (um)** técnico de engenharia de estruturas, fundações, geologia/geotecnia;
- **1 (um)** técnico de engenharia eletrotécnica, automação e instrumentação;
- **1 (um)** técnico de coordenação de segurança e saúde em projeto;

c.2 Todos os técnicos deverão ter experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos no desempenho de funções idênticas às da prestação de serviços em questão nos últimos 5 (cinco) anos. Os técnicos da especialidade de Hidráulica Urbana ou Sanitária terão ainda de pertencer ao quadro dos colaboradores permanentes (entende-se que estes colaboradores possuem contrato de trabalho ou de prestação de serviços continuada com o Adjudicatário);

c.3 Todos os técnicos, com exceção do técnico de Coordenação de Segurança e Saúde em Projeto, deverão obrigatoriamente ser engenheiros ou engenheiros técnicos, membros efetivos das respetivas ordens profissionais;

c.4 O técnico responsável pelo exercício da Coordenação de Segurança em Projeto deverá possuir formação superior e formação complementar na área da coordenação de segurança e saúde no trabalho obtida em curso apoiado ou reconhecido pela Autoridade para as Condições de Trabalho, para além de experiência mínima comprovada na função de 3 (três) anos nos últimos 5 (cinco) anos;

c.5 O técnico responsável pelo Sistema de Informação Geográfica deverá possuir formação superior na área da geografia (Engenharia do Território ou outra), para além de experiência mínima comprovada na função de 3 (três) anos nos últimos 5 (cinco) anos.

d) A comprovação, efetuada através da análise dos elementos a apresentar de acordo com a alínea d) do n.º 8.1 deste programa do procedimento, de possuir, para além dos técnicos acima referidos, de pelo menos mais **3 (três) técnicos** que serão afetos à aquisição de serviços, cumprindo as seguintes condições:

d.1 **1 (um) técnico de topografia e 1 (um) técnico de medição de caudal** com experiência no desempenho de funções idênticas às da prestação de serviços em causa de, pelo menos, 2 (duas) prestações de serviço de natureza semelhante à em questão nos últimos 5 (cinco) anos;

d.2 **I (um) técnico de CCTV** com experiência comprovada mínima de 2 (duas) prestações de serviço no desempenho de funções idênticas às em questão nos últimos 5 (cinco) anos. Terá de ter, também, formação comprovada, relevante na utilização dos equipamentos e das ferramentas informáticas, no referencial EN13508-2:2003+AI (i.e. possuidor de conhecimentos aprofundados nos procedimentos de codificação e nos modos e mecanismos de falha de coletores).

**9.2** No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de empresas considera-se que os requisitos mínimos de capacidade técnica podem ser cumpridos por uma só entidade ou conjuntamente pelos seus membros.

**9.3** Os requisitos mínimos de capacidade técnica podem ser cumpridos conjuntamente pelos membros colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s) e pelos membros externos nos termos da alínea d) e e) do n.º 8.1 do presente programa do procedimento.

**9.4** O Coordenador e os técnicos de Hidráulica Urbana e Sanitária têm obrigatoriamente que ser colaboradores permanentes da(s) empresa(s) candidata(s).

**9.5** Os candidatos devem preencher o seguinte requisito mínimo de **capacidade financeira**:

- a) Média aritmética de volume de negócios igual ou superior ao preço base do procedimento, nos últimos 3 (três) exercícios cujas Declarações Anuais de Informação Contabilística e Fiscal já tenham sido entregues e validadas para efeitos fiscais.

**9.6** Para efeitos de avaliação da capacidade financeira do candidato referida no número anterior, equivale ao preenchimento do requisito aí previsto a apresentação de declaração bancária conforme Anexo IV ao Código dos Contratos Públicos, nos termos do n.º 3 do artigo 179.º do diploma.

**9.7** Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 182.º do CCP, no caso de o candidato ser um agrupamento, considera-se que preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira, desde que, relativamente a cada requisito, algum dos membros que o integram o preencha individualmente.

**9.8** Para cumprimento dos critérios de qualificação, será aceite que as empresas detentoras das referências possam ter uma relação de Grupo Empresarial com o candidato, devendo, para o efeito ser apresentada a respetiva documentação comprovativa.

## **10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA CANDIDATURA**

**10.1** Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os documentos que constituem a candidatura são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**10.2** Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a candidatura estiverem redigidos noutra língua, deve o candidato fazê-los acompanhar de tradução

legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

## **11. LEILÃO ELETRÓNICO**

**11.1** Não haverá lugar a leilão eletrónico.

## **12. CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO**

**12.1** São qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos de capacidade técnica e financeira enunciados no ponto 8 e 9 do presente Programa do Procedimento.

## **13. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES**

**13.1** O júri deve solicitar aos candidatos que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas candidaturas, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

**13.2** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

**13.3** Os pedidos formulados ao abrigo do n.º 13.1 bem como as respetivas respostas são disponibilizados na plataforma eletrónica devendo todos os candidatos ser imediatamente notificados do facto.

## **14. RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASE DE QUALIFICAÇÃO**

**14.1** Analisadas as candidaturas, o Júri do Procedimento elaborará um relatório preliminar no qual proporá, fundamentalmente e consoante cada caso, a qualificação ou exclusão dos candidatos.

**14.2** O referido relatório preliminar será remetido a todos os candidatos para efeitos de audiência prévia fixando-se, desde já, para a pronúncia escrita dos candidatos, o prazo de 5 (cinco) dias.

## **15. EXCLUSÃO DE CANDIDATURAS**

**15.1** São excluídas as candidaturas que se enquadrem numa ou várias das situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 184.º do CCP.

**15.2** Sem prejuízo do disposto no n.º 13.1 do presente programa do procedimento, constituem, ainda, motivo de exclusão das candidaturas as seguintes situações:

- a) Quando os documentos que as constituem não se encontrem todos assinados eletronicamente, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, conforme exigido nos n.º 8.2 a 8.5 do presente Programa do Procedimento;
- b) Quando não seja apresentado o Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos definidos na alínea a) do n.º 8.1 do presente Programa do Procedimento.

## **16. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO**

**16.1** Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o Júri do Procedimento elaborará o Relatório Final da Fase de Qualificação, que remeterá ao órgão competente para a decisão de contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 184.º, n.º 2, do CCP.

**16.2** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação de candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia nos termos previsto no n.º 14.2.

## **17. QUALIFICAÇÃO**

**17.1** Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de qualificação, ou de exclusão se for o caso, dos candidatos.

**17.2** O prazo máximo para a decisão de qualificação é de 66 (sessenta e seis) dias úteis após o termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas.

**17.3** A decisão de qualificação é comunicada simultaneamente a todos os candidatos juntamente com o Relatório Final da Fase de Qualificação.

**17.4** Os candidatos qualificados serão convidados a apresentar proposta.

## Capítulo III

### Fase de Propostas

#### 18. CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

**18.1** Com a notificação da decisão de qualificação, o órgão competente para a decisão de contratar envia aos candidatos qualificados um convite à apresentação de propostas.

#### 19. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

**19.1** O critério de adjudicação é o da *proposta economicamente mais vantajosa*, na modalidade de *Monofator*, de acordo com o qual o critério é densificado por um fator correspondente ao único aspeto da execução do contrato a celebrar – o preço, nos termos do disposto na alínea b) do n.º I do artigo 74.º do CCP.

**19.2** Nas situações em que se ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, será considerado, para efeitos de desempate, o seguinte critério:

- I) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que tiver o mais baixo preço para a posição n.º 1.3.1.1.1 (“Fornecimento, instalação, colocação em funcionamento e exploração de Medição de Caudal temporária: Solução 1 - Incluindo fornecimento de datalogger com bateria de alta capacidade, fornecimento de sensor de nível ultrassónico ou de radar”) da lista de preços unitários.

**19.3** Caso subsista a situação de empate entre propostas ordenadas em primeiro lugar, realizar-se-á um sorteio para desempate daquelas, a promover pelo júri do procedimento, na presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão notificados, via correio eletrónico, para a sessão de sorteio com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias. O júri elaborará a ata respetiva que documentará os trabalhos realizados na dita sessão e os resultados do sorteio, ficando apenas ao processo de contratação e que será divulgada por todos os concorrentes.

#### 20. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES

**20.1** O júri pode pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

**20.2** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.



**20.3** O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades formais das suas propostas, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

**20.4** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

**20.5** Os pedidos formulados ao abrigo do n.º 20.1 e no n.º 20.3 bem como as respetivas respostas são disponibilizados na plataforma eletrónica devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados do facto.

## **21. RELATÓRIO PRELIMINAR**

**21.1** O Júri do Procedimento elabora um Relatório Preliminar fundamentado sobre a análise e avaliação das propostas, ordenando-as de acordo com o critério de adjudicação referido no n.º 19.

**21.2** No relatório mencionado no número anterior, o Júri do Procedimento fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso.

**21.3** O Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas é submetido a audiência prévia, a promover pelo Júri do Procedimento, enviando-o a todos os Concorrentes para que estes, no prazo de 5 (cinco) dias se pronunciem, por escrito, sobre o seu teor

## **22. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS**

**22.1** São excluídas as propostas que se enquadrem nas situações previstas nas alíneas do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**22.2** Sem prejuízo do disposto no n.º 20.3 do presente programa do procedimento, constituem, ainda, motivo de exclusão das propostas as seguintes situações:

- c) Quando os documentos que as constituem não se encontrem todos assinados eletronicamente, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) Quando não seja apresentado o Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos definidos na alínea a) do n.º 8.1 do presente Programa do Procedimento.

## **23. RELATÓRIO FINAL**

**23.1** Decorrido o prazo de audiência prévia, o júri do Procedimento elabora um Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar de

Análise e Avaliação das Propostas, que submete à apreciação e decisão da Entidade Adjudicante, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão das propostas previstos no artigo 146.º, n.º 2 do CCP.

**23.2** No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 21.3.

## **24. ADJUDICAÇÃO**

**24.1** Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar procede à adjudicação, a qual é comunicada simultaneamente a todos os Concorrentes, juntamente com o Relatório Final da Análise e Avaliação das Propostas.

**24.2** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica o Adjudicatário para se pronunciar sobre a minuta do contrato e para, no prazo de 10 (dez) dias:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no n.º 26.1;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se aplicável, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
- d) Apresentar contrato de associação do agrupamento de empresas, se aplicável, em conformidade com a modalidade prevista na proposta adjudicada.

**24.3** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notifica, ainda, o Adjudicatário para no prazo de 10 (dez) dias úteis prestar caução, indicando expressamente o seu valor.

**24.4** Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em I.4.

**24.5** No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para, no prazo 5 (cinco) dias, proceder à respetiva supressão.

**24.6** Nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, o prazo fixado no ponto 24.2 para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

## **25. DECISÃO DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

**25.1** Não há lugar a adjudicação nas seguintes situações:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem, designadamente, a fixação de limites legais à atuação das empresas públicas ou a emissão de orientações nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ou do n.º 7 do artigo 5.º do Decreto-Lei 92/2013, de 11 de julho.

## **26. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**26.1** O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração do Concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP;
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
- e) Documentação comprovativa das qualificações legais dos elementos da equipa da Prestação de Serviços para o desempenho das funções específicas que se propõem exercer, designadamente:
  - e.1 Comprovativo da qualificação do técnico para a função, através do sistema previsto no n.º 4 do artigo 23.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e Lei n.º 25/2018, de 14 de julho, em função da natureza do projeto em causa, quando aplicável;
  - e.2 Comprovativo de inscrição no organismo ou associação profissional adequável em função da natureza do projeto em causa e quando aplicável.

**26.2** Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento:

- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a) a d) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Os documentos de habilitação previstos na alínea e) do n.º I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.

**26.3** Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados de acordo com o artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos e da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

**26.4** No mesmo prazo concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Norte, S.A., em <http://www.adnorte.pt>;
- b) Declaração de subscrição da **Política de Responsabilidade Empresarial** em conformidade com o modelo do **Anexo VII** deste Programa do Procedimento;
- c) Declaração de **Responsabilidade Social** em conformidade com o modelo do **Anexo VIII** deste Programa do Procedimento;
- d) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente, bem como da possibilidade de assinatura do contrato através de meios eletrónicos;
- e) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato;
- f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- g) Cópia das apólices de seguro de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

**26.5** Em caso de subcontratação, os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados também pelos subcontratados.

**26.6** Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

**26.7** Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

## 27. CAUÇÃO

**27.1** Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 2% (dois por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

**27.2** Os modelos referentes à caução constam dos **Anexo IX, X e XI** ao Convite consoante venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

**27.3** Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado da execução do contrato pelo preço total respetivo. Aplicar-se-á o mesmo regime caso exista assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo preço total do respetivo Contrato, por entidade bancária reconhecida.

**27.4** O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pela AdNorte, devendo ser especificado o fim a que se destina.

**27.5** Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90% (noventa por cento) dessa média.

## 28. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

**28.1** Simultaneamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar.

**28.2** A notificação da minuta do contrato a celebrar deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.

**28.3** A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

**28.4** As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

**28.5** No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

**28.6** Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

## **29. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO**

**29.1** Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas no CCP e no presente programa do procedimento, bem como as que resultem de outra legislação aplicável, a adjudicação caduca se ocorrerem circunstâncias supervenientes que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

**29.2** Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação do documento exigido na alínea d) do n.º 24.2.

**29.3** Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas nos números anteriores respeitem ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

**29.4** O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

## **30. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO**

**30.1** O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do CCP;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução;
- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

**30.2** O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

**30.3** Juntamente com a remessa do contrato assinado referido no número anterior, e por serem parte integrante do mesmo, devem ser devolvidos o Acordo de Confidencialidade de acordo com o modelo em Anexo VI ao Caderno de Encargos.

**30.4** A Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

**30.5** O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação, bem como, no caso de o Adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

**30.6** No caso referido no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da Entidade Adjudicante, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

**30.7** Se a Entidade Adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, por facto que lhe seja imputável, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sem prejuízo do direito a ser reembolsado de todas as despesas e demais encargos comprovadamente incorridos com a prestação da caução e com a elaboração da proposta.

## **Capítulo IV**

### **Outros**

#### **31. DESPESAS**

**31.1** Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

#### **32. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**32.1** A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.



## **ANEXO I**

### **DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO**

**(DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA SUBMISSÃO DO ATO DE  
PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**

#### **ANEXO I.A – DOCUMENTO COMPROVATIVO DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA**

## **ANEXO I**

### **DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO**

**(DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA SUBMISSÃO DO ATO DE  
PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO)**

#### **ANEXO I.B – DOCUMENTO COMPROVATIVO DO ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA**

## ANEXO II

### DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(a que se refere a alínea a) do n.º 8.1)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdNorte, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- A **PARTE V** do DEUCP não é aplicável ao presente procedimento.

## ANEXO III

### MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea b) do n.º 8.1)

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para execução do contrato denominado «Designação», Lote \_\_\_\_\_ - «PRC», e nos termos da alínea b) do n.º 8.1 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) <sup>(a)</sup>

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... representará a associação perante a ..... (designação da empresa que lançou o concurso) devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante o Dono da Obra responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato caso seja este o Adjudicatário) <sup>(b)</sup>

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela ..... (designação da empresa que lançou o concurso) a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DA COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPA A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DOS RESPETIVOS “CURRICULA VITAE”

(a que se refere a alínea d) do n.º 8.1)

#### A. Modelo da declaração

\_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa  
candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que a **composição  
nominativa da equipa técnica** responsável pela prestação de serviços denominada  
«Designação» - Lote \_\_\_\_\_, «PRC», é a seguinte:

#### Projeto

- Coordenador  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
- Técnicos (dois) da especialidade de Hidráulica Urbana ou Sanitária  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
- Técnico de Estruturas, fundações, geologia/geotecnia  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
- Técnico de Sistemas de Informação Geográfica  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
- Técnico de Engenharia Mecânica  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
- Técnico de Eletrotécnica, Automação e Instrumentação  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituinte(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)

- Técnico de Coordenação de Segurança e Saúde em Projeto  
[integrante do quadro de colaboradores permanentes da(s) empresa(s) constituente(s)];  
(nome conforme curriculum vitae)
  
- Técnico de Topografia  
(nome conforme curriculum vitae)
  
- Técnico de Medição de Caudal  
(nome conforme curriculum vitae)
  
- Técnico de CCTV  
(nome conforme curriculum vitae)

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s): \_\_\_\_\_

**B. Modelo dos “*curricula vitae*”** (Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas)

- Nome: \_\_\_\_\_
- Nacionalidade: \_\_\_\_\_
- Data Nascimento: \_\_\_\_\_
- Grau académico: (indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve)
- Anos de experiência profissional: \_\_\_\_\_
- Qualificações principais: (resumo em não mais de 200 palavras)
- **Experiência profissional em conformidade com o solicitado no ponto 9 do presente programa do procedimento** (resumir cada experiência indicando apenas o cliente, o ano de elaboração, a designação, a dimensão e a localização)
- **Certificados de habilitações literárias e profissionais, se aplicável**



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere a alínea e) do n.º 8.1)

\_\_\_\_\_ (nome completo, conforme curriculum vitae),  
\_\_\_\_\_ (habilitação), com cartão de cidadão n.º \_\_\_\_\_, morador  
na/domicílio profissional \_\_\_\_\_ (morada), inscrito  
na \_\_\_\_\_ (ordem profissional / n.º) declara, sob compromisso de honra,  
ter tomado conhecimento do objeto do Concurso denominado «Designação» - Lote \_\_\_\_\_,  
«PRC», a que se refere o anúncio datado de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, e aceitar  
integrar na equipa de \_\_\_\_\_ (empresa[s] candidata[s]), como colaborador  
externo, disponibilizando-se a prestar todos os serviços que vierem a ser solicitados no âmbito de  
uma eventual adjudicação do referido concurso, nas condições definidas no respetivo Caderno de  
Encargos, do qual tomou inteiro conhecimento.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI

### MODELO DE LISTAS DE SERVIÇOS EXECUTADOS DA MESMA NATUREZA DO COLOCADO A CONCURSO

(a que se refere a alínea f) do n.º 8.1)

A(s) empresa(s) \_\_\_\_\_ (indicar designação social e sede) apresenta a seguinte demonstração da sua capacidade técnica precedente nos últimos 10 (dez) anos através da enumeração das suas atividades relacionadas com a elaboração de Serviços da mesma natureza a concurso com termo em 30 de junho de 2022, em cumprimento com o definido na alínea f) do n.º 8.1 do presente programa do procedimento.

Serviço 1 ... n (copiar tabela para cada Serviço)

Designação do Serviço	
Cliente	
Data Adjudicação	
Data Conclusão	
Características Principais	
Serviço associado a colaborador(es) externo(s) pertencente à equipa de Prestação de Serviços candidata? (se sim, identificar)	

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

(a que se refere a alínea b) do n.º 26.4)

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para «Designação» - «PRC», e nos termos da alínea b) do n.º 26.4 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, subscreverem a Política de Responsabilidade Empresarial da Entidade Adjudicante, disponível no *website* da Águas do Norte, S.A., e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

*(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)*

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(a que se refere a alínea c) do n.º 26.4)

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdN venha a promover no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- l) Informar a AdN de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do presente contrato;
- m) Compromete-se a informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração e da necessidade do seu cumprimento, sendo o único responsável pela escolha

das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas no âmbito do presente contrato.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 20(ano)

---

Assinaturas

**ANEXO IX**  
**MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO**  
(a que se refere o n.º 27.2)

Euros:.....€

Vai .....residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de ..... (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ....., como caução exigida para a execução do contrato denominado «Designação» - Lote \_\_\_\_\_, «PRC», para os efeitos do n.º I do artigo 88º do CCP. Este depósito fica à ordem da Águas do Norte, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data .....

Assinaturas.....

## **ANEXO X**

### **MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

(a que se refere o n.º 27.2)

O Banco ....., com sede em ....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de ....., presta a favor da Águas do Norte, S.A., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a ..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Águas do Norte, S.A. vai outorgar e que tem por objeto «Designação» - Lote ....., «PRC», regulado nos termos da legislação aplicável.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Águas do Norte, S.A. sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.....

Assinaturas.....



## ANEXO XI

### MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

(a que se refere o n.º 27.2)

A companhia de seguros ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de....., presta a favor da Águas do Norte, S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a ..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Águas do Norte, S.A. vai outorgar e que tem por objeto «Designação» - Lote \_\_\_\_\_, «PRC», regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e suas posteriores alterações e republicações).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Norte, S.A. sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Norte, S.A. quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável

Data.....

Assinaturas.....